

EDITORIAL

Com as recentes mudanças no plano nacional e a crise de representatividade que assola o país, o atual contexto nos convoca a construir uma agenda nacional e coletiva de fortalecimento da economia solidária na promoção do desenvolvimento local e sustentável.

Na esteira dessas discussões, a 7ª edição do Boletim da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária reúne reflexões e diferentes iniciativas que estão sendo realizadas no campo da ECO-SOL. A primeira parte do boletim resgata o debate realizado na Sala Temática "Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento Sustentável e Promoção do Trabalho Decente" durante o IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (IV EMDS) promovido pela Frente Nacional de Prefeitos, em abril deste ano, e que envolveu especialistas e militantes para discutir os caminhos e desafios que se apresentam no fronte. Nessa oportunidade, também foi lançada a Revista "Mundo do Trabalho Contemporâneo", publicação editada pela Rede Unitrabalho em parceria com a Rede de Gestores que representa uma importante conquista para a produção e disseminação do conhecimento sobre a economia solidária no país.

Em seguida, o documento destaca a 1ª Conferência sobre Economia Solidária e Criativa, promovida pela prefeitura de Araraquara que

avançou no debate para a elaboração do Plano Municipal de Economia Solidária e o Plano Plurianual 2018-2021 da cidade. A experiência de Araraquara reforça o papel preponderante dos governos locais para induzir boas práticas e fomentar o desenvolvimento no território. No boletim você ainda encontrará informações sobre a Feira Agroecológica de Inclusão Social Cultura e Artes de Umarama, além de artigos que refletem sobre tópicos centrais para o fortalecimento da economia solidária no contexto atual: saúde mental, segurança alimentar e nutricional e juventude.

Acreditamos no potencial do engajamento popular, dos gestores públicos e da sociedade civil organizada para construir avanços e não admitir retrocessos diante de um cenário adverso. Nessa direção, a Rede de Gestores tem trabalhado fortemente para criar e promover espaços de diálogo, articulação e de cooperação entre os atores e atrizes que são parte integrantes do campo da economia solidária. Alguns frutos desses esforços mais recentes podem ser conferidos ao longo desta edição.

Boa leitura!
Comitê Gestor

REDE DE GESTORES MARCA PRESENÇA NO IV EMDS: ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE

Raquel Nonato

Membro do GT da Sala Temática de Economia Solidária do IV EMDS

A Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária promoveu, entre os dias 24 e 26 de abril, a Sala Temática "Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento Sustentável e Promoção do Trabalho Decente" durante o IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (IV EMDS) realizado pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP).

No evento, foram realizados debates sobre economia solidária com foco em desenvolvimento, potencialidades e oportunidades locais, gestão participativa e intersectorialidade. Atores sociais de diversos estados brasileiros estiveram presentes na ocasião. O evento contou ainda com uma homenagem ao professor Paul Singer pela sua inestimável contribuição para o campo de economia solidária no Brasil.



Debate "Políticas de Economia Solidária e Desenvolvimento".

MESA 1 POLÍTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO



Apresentação das Soluções Inovadoras no Debate Políticas de Economia Solidária e Desenvolvimento.

A primeira mesa reuniu Silvio Caccia Bava (coordenador da Logolink), professor Dr. Roberto Marinho (UFRN) e Maciel Thomaz da Silva (Banco do Brasil). Também esteve presente o Secretário de Desenvolvimento Social da província de General San Martin, na Argentina, Oscar Minteguia, que destacou o papel dos governos e gestores públicos para o fortalecimento da economia solidária. “O desafio é transformar a visão tradicional sobre a lógica de intervenção estatal de reprodução do capital e inserir a perspectiva da autogestão e apoio a modelos associativos”, disse o gestor.

A segunda parte do debate contou com a apresentação de Andre Ferreira (da secretaria executiva da Rede de Gestores), que apresentou o papel da organização na disseminação de boas práticas e no fortalecimento das experiências locais. Também houve a participação de Leonora Mol, que apresentou o Banco Bem – Ateliê das Ideias, iniciativa exitosa de banco comunitário no Espírito Santo. Durante o evento também foi lançada a primeira edição da revista Mundo do Trabalho Contemporâneo, editada pela Rede Unitrabalho em parceria com a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

A revista busca fomentar a produção de conhecimento a partir do diálogo entre academia, gestores, movimentos sociais, sindicatos e demais atores sociais. O objetivo é aprofundar as reflexões sobre questões centrais do mundo do trabalho atual, com especial atenção às temáticas da economia solidária, das relações de trabalho, da educação e do trabalho, além de avaliação de políticas públicas. De acordo com Pedro Henrique Silva, diretor administrativo financeiro da Unitrabalho, “a revista científica é um instrumento importante nesse momento de ameaças às conquistas sociais que tivemos nos últimos anos. Vemos o recrudescimento do neoliberalismo, o ataque aos direitos trabalhistas e previdenciários e o



desmonte da política pública de economia solidária. Nesse sentido, a Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo pode nos permitir o debate qualificado a respeito dos nossos desafios atuais e propor caminhos a serem percorridos no futuro.”

A iniciativa contou com o apoio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e do Ministério do Trabalho, por meio do Projeto “Fortalecimento de redes de gestores de políticas públicas de Economia Solidária”. A segunda edição será lançada em breve. O lançamento ocorreu no contexto da Sala Temática “Economia Solidária para o Desenvolvimento Sustentável” do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), que aconteceu de 24 a 28 de abril, no Estádio Mané Garrincha, em Brasília.

Você pode acessar a revista diretamente no site da Unitrabalho ou neste link: [Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo](#)

MESA 2 ECONOMIA SOLIDÁRIA, DINAMISMO ECONÔMICO E POTENCIALIDADES LOCAIS

A mesa 2 contou com a presença do diretor da Fundação Perseu Abramo, Artur Henrique, do economista e professor titular de pós-graduação da PUC/São Paulo, Prof. Dr. Ladislau Dowbor, da costureira, diretora Presidente da Cooperativa Central Justa Trama e Vice-Presidente da UNISOL, Nelsa Nespolo e da Secretária do Tra-

balho, Emprego, Renda e Esportes do Estado da Bahia, Olívia Santana (Vice Presidente da região Norte/Nordeste representando o Fórum Nacional de Secretarias do Trabalho – FONSET). O debate tratou da valorização do local como instância para fortalecer as práticas de economia solidária e para fomentar a construção de re-



Debate sobre Economia Solidária, Dinamismo Econômico e Potencialidades Locais.

des e cadeias produtivas. Também foi reforçada a importância dos instrumentos de políticas públicas para o fomento da ECOSOL: “As compras públicas possuem grande potencialidade para fortalecer as micro e pequenas empresas, as cooperativas e os empreendimentos da economia solidária”, defendeu Artur Henrique.

A segunda parte do debate, “diálogo com experiências”, iniciou com a apresentação de Nelsa Nespolo e reuniu também a profa. Tatiana Reis (IFBaiano) e profa. Dra. Ronalda Barreto (UNEB) para discutir as potencialidades das Incubadoras Públicas e Universitárias como instrumentos de apoio e fomento à economia solidária. “É uma possibilidade para romper com um dos pilares da desigualdade, inserindo o saber popular no ensino, pesquisa e extensão”, ressaltou a professora Ronalda.

MESA 3 GESTÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO LOCAL – CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO

A terceira mesa reuniu a profa. Dra. Ronalda Barreto (UNEB) e Luís Ademir Possamaí, Presidente da União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS), entidade que representa mais de duas mil cooperativas que agregam cerca de 550 mil associados. O debatedor ressaltou que “o maior desafio é estimular cooperativas na organização social e econômica dos sócios, com foco na inclusão das pessoas e no controle social”.

No “diálogo com experiências”, o evento contou com a presença de Fabiana Mattos, da secretaria de Planejamento do Estado da Bahia, que apresentou a experiência do Colegiado de Conselhos Territoriais de Desenvolvimento do Estado da Bahia. Além disso, contou com a presença do Coordenador de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Araraquara, Marcelo Mazeta, que falou sobre as oportunidades da economia solidária em seu segmento.



Debate sobre Gestão Social do Desenvolvimento Local – Cidadania e Participação.

MESA 4 FACES DA INTERSETORIALIDADE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A mesa 4 teve a moderação do Prefeito de Araraquara, Edinho Silva, de Sandra Faé (Rede de Gestores), do Deputado Federal/MG, Patrus Ananias e do ex-Ministro de Relações Institucionais e de Saúde e ex-Secretário de Saúde da Prefeitura de São Paulo, Alexandre Padilha.

O debate tratou da importância da integração e da intersectorialidade das políticas públicas como estratégia de desenvolvimento inclusivo. “A economia solidária é multifacetada e congrega diferentes

questões da gestão pública, como a questão dos imigrantes, da saúde mental, dos dependentes químicos e dos beneficiários de programas de transferência de renda”, defendeu Sandra Faé.

Patrus Ananias, que esteve à frente dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), defendeu que “é preciso trabalhar na construção de um projeto nacional de economia solidária”. Alexandre Padilha, a partir da sua experiência como Ministro das Relações Institucionais no Governo Lula, Ministro da Saúde no Governo Dilma Roussef e Secretário Municipal de Saúde de São Paulo, defendeu a dimensão do território na discussão sobre intersectorialidade. O debatedor também destacou a relevância da ECOSOL no campo da saúde: “É preciso otimizar a força da saúde para fomentar experiências de economia solidária”. O “diálogo com experiências” reuniu Angela Schwengber, que apresentou a experiência do Observatório de Economia Solidária (DIEE-SE), Helena Bunoma, que apresentou a experiência Guayí – Rede de Economia Solidária Feminista, Clebson da Silva, que trouxe para o debate a experiência do JUVESOL e Milena Leal Pacheco (Fiocruz). Encerrando os trabalhos, foi apresentado o novo Vice-Presidente de Economia Solidária, Edinho Silva, e o professor Paul Singer foi homenageado pela Rede de Gestores por sua inestimável contribuição para o campo de economia solidária no Brasil.



Debate sobre Faces da Intersectorialidade da Economia Solidária.

PROFESSOR PAUL SINGER É HOMENAGEADO PELA REDE DE GESTORES DURANTE O IV EMDS

No dia 26 de julho, o professor Paul Singer recebeu uma homenagem da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária por sua significativa contribuição para este campo no Brasil. A homenagem aconteceu no encerramento das atividades da Sala Temática “Economia Solidária para o Desenvolvimento Sustentável” no IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Social (IV EMDS), no estádio Mané Garrincha, em Brasília.



Equipe da SENAES acompanhando o Prof. Paul Singer em sua homenagem.

Com a sala lotada, o economista veio caminhando cercado por admiradores e servidores da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), onde atuou por quase 13 anos. Entre as autoridades que marcaram presença na cerimônia estavam o ex-Ministro da Saúde Alexandre Padilha, o Deputado Federal e ex-Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Patrus Ananias e os prefeitos de Araraquara/SP, Edinho Silva, e de Teófilo Otoni/MG, Daniel Batista Sucupira. Sandra Faé, integrante da Rede de Gestores, iniciou a homenagem ressaltando o papel histórico do professor e sua referência para a militância e para o campo da economia solidária no país. Em seguida, Singer recebeu uma cesta com produtos confeccionados por empreendimentos da economia solidária de diferentes estados brasileiros.



Sandra Faé em ato de homenagem ao Prof. Paul Singer.



Prof. Edinho Silva homenageando o Prof. Paul Singer.

Em seu discurso de agradecimento, o professor refletiu sobre a atual conjuntura política e econômica no país. “O que está acontecendo no Brasil é triste, vemos várias conquistas que conseguimos sendo abandonadas. Mesmo assim, acredito que temos todas as condições de criar uma frente de fomento à economia solidária, com foco na democracia e na igualdade entre homens e mulheres”. Também defendeu a necessidade de mobilização da militância e a realização de encontros periódicos “economia solidária não se faz em solidão, precisamos uns dos outros para aprender e errar menos”.

Por fim, Edinho Silva, que na ocasião tomou posse como novo Vice-Presidente da FNP (Frente Nacional de Prefeitos) da área de Economia Solidária, entregou uma placa onde se lia:

“Querido Prof. Dr. Paul Singer, nossa homenagem da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, pela sua contribuição e trajetória nas Políticas Públicas e especialmente com nós gestores/as.

Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso. Amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade”. (Paulo Freire)



Integrantes da Rede de Gestores em homenagem ao Prof. Paul Singer.

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO IV EMDS

A Sala Temática “Economia Solidária para o Desenvolvimento Sustentável” foi promovida pela Rede de Gestores, no âmbito do projeto “Fortalecimento de Redes de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária”, Convênio MTb-SENAES nº00059/2013, Siconv nº 795123/2013. O evento ocorreu como parte da programação do IV Encontro dos Municípios

com o Desenvolvimento Social (IV EMDS), organizado pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP). Realizado entre os dias 24 e 26 de abril, foi uma oportunidade para reunir especialistas, gestores e demais interessados no tema para debater as tendências e desafios das políticas públicas de fomento à economia solidária no cenário brasileiro.

O MUNICÍPIO DE ARARAQUARA/SP REALIZA SUA 1ª CONFERÊNCIA SOBRE ECONOMIA CRIATIVA E SOLIDÁRIA

Reynaldo Norton Sorbille

Coordenador de Trabalho e Economia Criativa e Solidária
Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Econômico

A 1ª Conferência Municipal de Economia Criativa e Solidária de Araraquara/SP, realizada nos dias 14 e 15 de julho de 2017, com o tema “Desenvolvimento econômico local com trabalho decente: geração de renda e inclusão social”, foi organizada de forma coletiva por gestores do poder público, graduandos, professores e pesquisadores universitários da cidade e da região, membros de organizações da sociedade civil e, principalmente, por trabalhadores e trabalhadoras dos Empreendimentos Econômicos Solidários, que debateram e deliberaram propostas que subsidiarão a elaboração do Plano Municipal de Economia Solidária e o Plano Plurianual 2018-2021, que, por sua vez, norteará as políticas públicas em Araraquara nos próximos quatro anos.

Desde sua concepção, seus organizadores priorizaram a construção coletiva das condições de infraestrutura, passando pelo conteúdo, programação e tema da conferência, até sua divulgação.

Com o objetivo do enfrentamento ao desemprego, à pobreza e às injustiças sociais causados pelo modelo vigente de desenvolvimento econômico que prioriza a concentração da riqueza e aprofunda a desigualdade social, durante dois dias, participantes do poder público e da sociedade civil contribuíram para o reconhecimento e fortalecimento da economia solidária enquanto estratégia e política



1ª Conferência de Economia Criativa e Solidária de Araraquara.



Mesa de Abertura.

de desenvolvimento local e sustentável e a geração de novas oportunidades de trabalho e renda de forma coletiva na cidade.

Na abertura da Conferência, Edinho Silva, Prefeito de Araraquara e Vice-Presidente de Economia Solidária e Criativa na Frente Nacional de Prefeitos (FNP), ressaltou a atualidade do tema e a importância da formulação, de forma participativa e democrática, do Plano Municipal e do Plano Plurianual, para definição da agenda das políticas públicas voltadas a alcançar os “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável” (ODS) no município.

Com a presença massiva de trabalhadores de empreendimentos econômico solidários, representando cerca de dois terços dos presentes, os participantes da 1ª Conferência se reuniram em quatro Grupos de Trabalhos, distribuídos pelos eixos temáticos “Produção, comercialização e consumo”, “Financiamento: crédito e finanças solidárias”, “Conhecimentos: educação, formação e assessoramento” e “Ambiente institucional: legislação e integração de políticas públicas”, onde foram realizados os debates e a elaboração das propostas e que foram submetidas e validadas posteriormente, em uma Plenária Final. Após a votação final, foram definidas 16 propostas, que comporão o Plano Municipal e priorizadas 12, que subsidiarão a elaboração da proposta de Plano Plurianual 2018-21.

FAISCA – FEIRA AGROECOLÓGICA DE INCLUSÃO SOCIAL CULTURA E ARTES DE UMUARAMA

Max Rickilli

Professor Universidade Estadual de Umuarama
Rede Unitrabalho

A Feira Agroecológica de Inclusão Social, Cultura e Artes de Umuarama é um espaço de integração regional sustentável com apresentação de produtos, serviços e processos de assessoria técnica, formação continuada, geração de renda e inclusão social atendidos pelos projetos de incubação da IEES/CAU/UEM (Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários, da Universidade estadual de Maringá, *campus* de Umuarama). É uma feira de produtos agrícolas e de artesanato desenvolvidos por organizações da

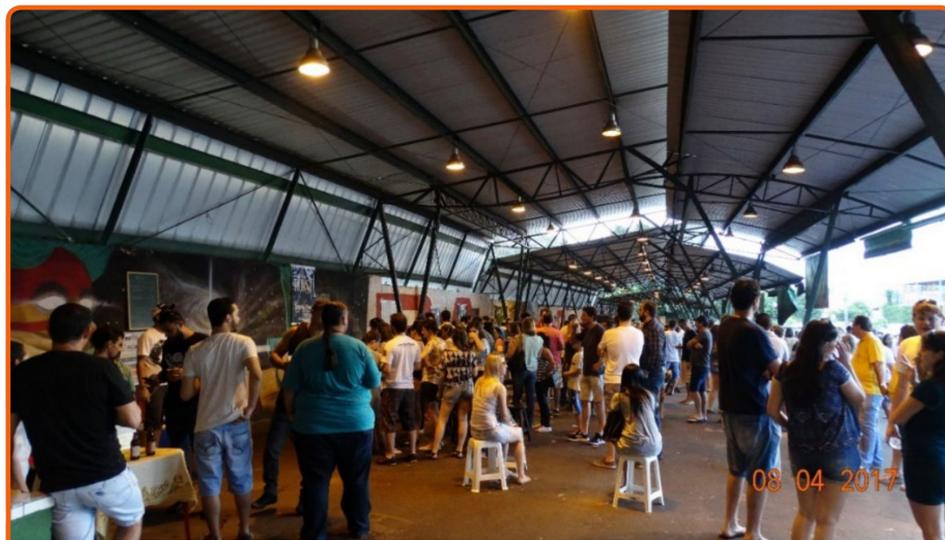
sociedade, movimentos sociais ou populares, frutos de tecnologias psicossociais de redução de danos e economia solidária, com apresentação de artistas da região e exposição de projetos de ensino, pesquisa e extensão na área, ligados a instituições públicas e privadas da região do noroeste paranaense.

Esse espaço de inovação científica e interação pública abrigará, além da feira de produtos agroecológicos, cultura e artes da região, diversificadas oficinas de design e artesanato sustentável, segu-

rança alimentar e nutricional, promoção do consumo consciente e educação ambiental. O espaço multidisciplinar de uma EcoBriquadoteca para que crianças ou acompanhantes possam desfrutar de momentos lúdicos com arte-educação e, ainda, o registro e exposição hipermediática dos fatos e eventos ligados à feira.

A Feira Agroecológica de Inclusão Social, Cultura e Artes inserida como projeto multidisciplinar de extensão universitária, representa o ápice de um trabalho de 10 anos de assessoria técnica, formação continuada em economia solidária e formalização de grupos de produtores agrícolas da Incubadora. O espaço é indispensável em uma cidade sede de macrorregião no noroeste do estado, para a concretização e finalização de uma cadeia produtiva que necessita escoar seus produtos e serviços, atendidos por políticas públicas de produção e formação.

A Feira tem por metodologia a exposição direta de produtos e serviços ligados aos projetos de inclusão social, assessoria e formação técnica, design e artesanato sustentável desenvolvidos nos Empreendimentos de Economia Solidária incubados pela IEES/CAU/UEM. A feira vai ocorrer todo sábado a partir das 16 horas no espaço da feira do produtor de Umuarama-PR. Nesse sentido garantimos:



Feira Faisca.

Exposição e venda de produtos agroecológicos direto do produtor e artesanato local como estratégia de difusão da agricultura familiar orgânica e dos protagonistas de processos de geração de renda em assentamentos da reforma agrária e populações em situação de vulnerabilidade social rural e urbana, além de apresentações culturais e de artistas locais em um espaço público com cobertura, energia elétrica e banheiros. O espaço foi solicitado à prefeitura que prontamente o disponibilizou.

POR QUE AINDA A LUTA ANTIMANICOMIAL?

Marina Schiochet

Psicóloga do CAPS ad III de Blumenau

Texto foi publicado no Expressão Universitária, ano 7, num. 83/mai 2017

(uma Publicação do SINSEPES)

A Luta Antimanicomial é um movimento mundial, iniciado na Itália e que chegou ao Brasil no final da década de 1970. Alguns autores destacam que o movimento antimanicomial ganhou força a partir do II Congresso Nacional de Trabalhadores da Saúde Mental em Bauru, em que foi lançado o Primeiro Manifesto dos Trabalhadores por uma Sociedade sem Manicômios, em 1987. Marca-se este ano, portanto, os 30 anos dessa luta. A partir dela que puderam ocorrer conquistas importantes, como a Reforma Psiquiátrica, com a aprovação da lei 10.216, de 2001 que implementa uma mudança no tratamento assistencial das pessoas em sofrimento psíquico grave, com o fechamento gradativo dos hospitais psiquiátricos e a inserção do sujeito em uma rede de cuidado. E alcança também as conquistas mais atuais, como a aprovação da Portaria 3.088 de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial como parte do Sistema Único de Saúde. No Brasil, a luta antimanicomial nada mais é, do que um movimento que preconiza os princípios do SUS e a garantia de direitos humanos básicos a qualquer pessoa, pois o modelo manicomial, que isola, segrega e violenta, fere tais princípios e agrava o sofrimento psíquico. Em Blumenau, as conquistas da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial podem ser observadas pela implementação dos Centros de Atenção Psicossocial (infanto-juvenil, adulto e álcool e drogas 24h), pelos leitos psiquiátricos em hospital geral (Hospital Santo Antônio), pela Associação de Familiares, Amigos e Usuários do serviço de Saúde Mental de Blumenau (ENLOUCRESCER) enquanto dispositivo de reabilitação psicossocial e pela recente implementação do Consultório na Rua, vinculado à Atenção Básica em Saúde, além dos serviços do Sistema Único de Assistência Social.

Certamente parece um bom avanço no que se refere ao fim dos manicômios. Mas não é suficiente para extingui-los. Uma rede de aten-

ção com serviços implementados, porém não articulados entre si e com o território, reproduz uma lógica de segregação. A pouca compreensão sobre saúde mental até mesmo na nossa atenção básica em saúde e o não desenvolvimento real das relações entre esta e a atenção psicossocial e o território não permite a superação do manicômio nem mesmo através da política pública. A centralidade que os CAPS têm hoje no acompanhamento em saúde mental, como ponto quase que exclusivo de cuidado, promove a estigmatização desses serviços, alta demanda de atendimento e dificuldade no desenvolvimento da autonomia dos sujeitos acompanhados.

A política pública mal implementada e pouco valorizada dá margem para o investimento nos serviços privados. Um exemplo claro disso se relaciona ao cuidado com as pessoas usuárias de drogas e o entendimento socialmente difundido que a “cura” para a dependência química só é possível através da internação e do isolamento. Tal prática ganha força através da inserção das comunidades terapêuticas na Rede de Atenção Psicossocial, contrariando as decisões do Conselho Nacional e da Conferência Nacional de Saúde e, principalmente, rompendo com as conquistas da luta antimanicomial. A internação indiscriminada e a comunidade terapêutica como serviço principal de atendimento reforçam a lógica manicomial. Conforme o Relatório de Inspeção Nacional de Direitos Humanos realizado pelo Conselho Federal de Psicologia com comunidades terapêuticas de todo o país, foi muito comum encontrar espaços promotores de violências, de trabalho escravo e condições precárias de cuidado à saúde de seus internos. Não lembra algo?

Em nossa região também há o fortalecimento da centralidade das comunidades terapêuticas no atendimento a usuários de drogas. O município, através do Conselho Municipal de Políticas Públicas so-

bre Drogas (COMEN), ainda não tem claramente consolidada sua política sobre drogas e parece desconsiderar o cuidado em saúde ao destacar como função deste conselho a formação de ligações com diversos setores para o combate às drogas na cidade. Atualmente temos no município um CAPS especializado no atendimento de pessoas com problemas com uso de álcool e outras drogas e funcionamento 24h, mas parece ainda difícil o entendimento da questão das drogas enquanto problema de saúde pública, e por isso a valorização das práticas excludentes, próximas a uma forma de não lidar efetivamente com esse problema. Nosso governo do estado também faz um grande investimento nesse setor, através do Programa Reviver, para o credenciamento de novas comunidades terapêuticas. Iniciativas como essa são totalmente contrárias a todas as conquistas sociais e fazem da saúde uma mercadoria.

Fábio Belloni emprega o termo “empresários da loucura” e parece muito acertado, pois estamos falando de isenção de impostos, grande investimento público e alta aceitação social. Quem sabe a falta do investimento público na própria política pública tenha interesse em manter a lógica manicomial, principalmente no que se refere aos po-

bres, à população de rua e aos que promovem certo incômodo para o meio social. A lógica manicomial promove higienização social e esta, por sua vez não se relaciona em nada com o cuidado em saúde ou com o tão solicitado “combate às drogas”.

Por que ainda a Luta Antimanicomial? Porque é um movimento social importante e porque significa resistência contra as discriminações e preconceitos que perpetuamos e contra a exclusão de qualquer pessoa violentada por ter seus direitos negados. Porque é necessário defender a política pública e o SUS em tempos de congelamento de investimentos. Porque é preciso fortalecer uma rede de atenção e cuidado e as políticas de acesso à educação, à moradia, ao trabalho, à cultura, ao lazer, à cidade. Porque é uma luta que se articula com todas as demais lutas sociais e nos faz repensar nossa omissão frente às relações manicomiais que perpetuam.

Resistir é necessário. Por uma sociedade sem manicômios e por políticas públicas antimanicomiais!

Dia 18 de maio – Dia Nacional da Luta Antimanicomial

REDE DE GESTORES PARTICIPOU DO FÓRUM SOCIAL DAS RESISTÊNCIAS EM PORTO ALEGRE/RS

André Ferreira

Secretaria Executiva da Rede de Gestores



Roda de Diálogo na Oficina da Rede de Gestores.

Diante da complexidade do momento político e econômico do país, surgiu a necessidade de debater os avanços e desafios das políticas públicas de economia solidária e compreender a sua importância estratégica. Assim, a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, somou-se com a proposição e realização de ciclo de atividades e debates sobre as políticas destinadas a trabalhadoras e trabalhadores autogestionados, integrando o Fórum Social das Resistências: Democracia e Direitos dos Povos do Planeta, que aconteceu em Porto Alegre, de 17 a 21 de janeiro de 2017. As atividades aconteceram no Parque Farroupilha e tiveram como fator norteador das atividades a democracia e a participação social na construção de políticas públicas:

- Reunião do Comitê Gestor do Projeto Fortalecimento de Redes de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária,
- Seminário – Velhos e Novos Sistemas de Resistência Econômica (Movimento ampliado da Economia Solidária – A Rede de Gestores

apoiou esta atividade juntamente com demais entidades, redes, entre outros, na organização do seminário), - Oficina da Rede de Gestores “A gestão pública e as políticas de economia solidária: Democracia e participação social”

A conjuntura mundial nos pede coragem. E, frente ao crescente processo de retrocessos políticos, sociais, econômicos e o aprofundamento da crise ambiental, há várias iniciativas de coletivos, movimentos e organizações sociais em lutas e resistências. Foi muito importante reunir essas várias experiências para a troca de informações, a criação de pontos de contatos e para pensar formas de unir e acumular forças.

As atividades tiveram o apoio do Projeto “Fortalecimento de Redes de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária”.

Para André Ferreira da Secretaria Executiva da Rede de Gestores: “Essa iniciativa de realização da Oficina da Rede no Fórum Social das Resistências, possibilitou um momento de debate rico e de firmar a resistência. Entender que precisamos resistir e que isso se dá através das diversas resistências locais”.



Participantes da Roda de Diálogo.

A JUVENTUDE E A ESPERANÇA

Cleber da Silva Pereira

Articulador Social FBES/Macrosudeste

Abordar o tema “juventude” sempre leva a pensar de qual juventude se está falando, pois qualquer tentativa de generalização sobre pessoas que buscam afirmar a sua identidade e conquistar o seu lugar no mundo é um flerte com o erro. Quando se pensa em como promover a juventude brasileira, a extensão do território pode surgir como o maior dos desafios. Entretanto, existe unidade na diversidade, e o que nos une é a nossa humanidade.

O direito à vida é a variável, o ponto comum que une todas as juventudes e esse deve ser o ponto de partida para se pensar uma estratégia de promoção da juventude brasileira. Não há estratégia, não há esperança, não há futuro sem garantia do direito à vida.

A despeito da injustiça social existente em nosso país, é preciso ter esperança. Pois, no Brasil, existem jovens que têm direito à vida, à esperança e ao sonho, e outros que não têm.

A sociedade brasileira tem duas estratégias para a juventude: a primeira é confinar os jovens em condomínios, escolas e cursos e depois mandá-los para fora do país. A segunda é encarcerar os que não foi possível colocar na primeira estratégia. De qualquer forma, é manter o jovem preso.

Vivemos um momento de incerteza sobre o futuro do nosso país pois não resolvemos os desafios da infância e já nos deparamos com os desafios da velhice. A população vem paulatinamente recebendo de presente um cavalo de troia chamado neoliberalismo, que propõe a redução ou extinção de políticas públicas voltadas para o bem-estar social.

Segundo os dados do Atlas da Violência de 2017, 71% dos jovens mortos de forma violenta no Brasil são negros do sexo masculino e a violência em relação às jovens negras aumentou 22%. Esses jovens estão sendo privados do direito mais sagrado que existe que é o direito à vida.

Mas os jovens não estão calados. Prova disso foi a retumbante Jornada de Junho de 2013, que causou grande impacto na nossa sociedade e que, para além dos 20 centavos reivindicava o direito à cidade, o direito à mobilidade, ao acesso a moradia e trabalho dignos, a comunicação democrática, a serviços públicos de qualidade, a liberdade sexual e a igualdade de gêneros. Mas os jovens

não querem só uma agenda positiva, querem ações. Os jovens têm outras estratégias de ação para além das instituições que estão presentes na nossa sociedade e que só garantem a manutenção e reprodução de um sistema opressor e eficiente em devorar vidas. O movimento das ocupações das escolas em todo o país mostrou a toda a sociedade a capacidade de autogestão da juventude que, ao sentirem seu direito à educação ameaçado, ocuparam escolas de forma legítima, promovendo aulas, debates, oficinas, participação social e, ainda, garantiram a zeladoria contínua dos prédios públicos. Os jovens fizeram da escola um lugar de aprendizado, um lugar de respeito à diversidade e de promoção de cultura.

O Brasil precisa ser transformado para que de fato a “esperança possa vencer o medo”, mas essa transformação precisará passar pelas mãos da juventude. A juventude da economia solidária quer construir essa mudança também e entende que para que a mudança possa ser permanente precisa de mais gente para construir esse novo momento do Brasil. A estratégia para essa mudança se encontra na economia solidária, pois ela já é uma realidade no campo e na cidade. Os jovens da economia solidária não querem ser inseridos no sistema econômico vigente, querem algo que seja construído por eles e para eles. Para isso é necessário ouvir a juventude.

Estratégias autogestionárias de promoção da juventude estão acontecendo em todo o país e aproveito o espaço para citar algumas ações bem exitosas: Palmas Lab (Ceará), Correio Nagô (Bahia), Mercado Sul Vive (Distrito Federal), Banco União Sampaio e Agência Solano Trindade (São Paulo), Ecovila Tiba (São Paulo), Kizomba (RN), entre outras. Essas ações vêm integrando o território através de ações culturais, promoção da comunicação e do saber local, produção de alimentos saudáveis, organização do comércio justo e solidário e desenvolvimento de tecnologias inovadoras.

A Juvésol está reunida a outros segmentos da economia solidária e movimentos da sociedade para promover a transformação do Brasil para uma sociedade mais justa e solidária e que garanta a promoção e a defesa dos direitos sociais para alcançar o desenvolvimento sustentável.

CONHEÇA O SÍTIO VIRTUAL DA REDE DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

O [sítio virtual](#) é um importante espaço para divulgação de experiências, informações, dados sobre legislação, programas e políticas e debates sobre gestão de política pública de economia solidária. Este espaço foi elaborado por meio da execução do projeto “Fortalecimento de redes de gestores de políticas públicas de Economia Solidária” – CONVÊNIO MTb/SENAES Nº 00059/2013 – SICONV Nº 795123/2013 celebrado entre a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho (UNITRABALHO) e o Ministério do Trabalho, por intermédio da Sub-Secretaria Nacional de Economia Solidária. O sítio virtual é um espaço de toda a Rede de Gestores e necessita ser ocupado por nós, principalmente neste momento político delicado em que a economia solidária tem perdido forças. Portanto, convidamos a todos e todas, para compartilharem seus

eventos, feiras, seminários, artigos, fotos, vídeos, áudios, notícias, legislações, entre outras ações desenvolvidas na vertente da economia solidária, bem como a divulgar este espaço entre seus contatos.

Envie o material para os e-mails red_gestores@yahoo.com.br ou gestores@unitrabalho.org.br, o conteúdo será publicado em até 03 dias após a data de recebimento.

Conheçam nossa página www.rededegestoresecosol.org.br, cadastre seu e-mail e receba nossas notícias.

Contamos com a participação de vocês!

A EXPERIÊNCIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL COMO CANAL DE FOMENTO E ESTÍMULO A INCLUSÃO SOCIAL E COOPERATIVISMO NA METRÓPOLE PAULISTANA (2013-2016)

Marcelo Mazeta Lucas

Ex coordenador de Segurança Alimentar e Nutricional da prefeitura de São Paulo 2013/2016, atual coordenador de Segurança Alimentar da prefeitura de Araraquara-SP

O resgate da cidadania em territórios vulneráveis aliado ao compromisso com os direitos sociais e civis foi o alicerce no qual nos fundamentamos para estabelecer as ações prioritárias que visaram à construção de uma cidade onde se viva com qualidade e dignidade quando desenvolvemos a política pública de Segurança Alimentar e Nutricional aliada ao estímulo do cooperativismo e do associativismo por meio da produção de alimentos focando as compras institucionais durante os quatro anos da gestão do prefeito Fernando Haddad na cidade de São Paulo.

A proposta articuladora e intersetorial focou seus esforços na construção de uma agenda comum para a ampliação, consolidação e institucionalização de políticas públicas em sua alçada, vinculadas às estratégias de ação instituídas como direitos perenes, que reconheçam os cidadãos como sujeitos sociais, propiciando-lhes acesso aos bens e recursos públicos, através de instrumentos e mecanismos adequados.

Atuamos estimulando o fomento e o desenvolvimento local, em especial nos territórios onde a sociedade civil organizada demandou a criação de espaços para plantio e cultivo de hortas caseiras e comunitárias, principalmente nas regiões zonais Leste e Sul, esta última com grande vocação produtiva. A entrega da Patrulha Agrícola, disponibilizou aos produtores rurais serviços de mecanização agrícola para o preparo e a conservação do solo e a recuperação ambiental, ao passo que uma parcela significativa aderiu à cooperativa recém estruturada e começou a substituir suas produções de ornamentais por alimentos.

Os Centros de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional tem como principais objetivos a intersetorialidade para ampliar, pesquisar e monitorar os diversos aspectos da segurança alimentar e nutricional, por meio de ações educativas e indicadores que permitam a avaliação de políticas públicas como estratégia de um plano regional (local), e a promoção da interação entre diferentes áreas do conhecimento visando o desenvolvimento de ações e programas relacionados à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Além de receber e distribuir alimentos, por meio do Banco de Alimentos, e atuar no Programa de Aquisição de Alimentos do Go-

verno Federal – PAA, é meta do Centro realizar ações de educação nutricional, promover hábitos alimentares saudáveis e facilitar o acesso regular aos alimentos de qualidade para a população em vulnerabilidade social, bem como promover estratégias para a geração de renda com foco na alimentação saudável e inclusão social, consumo consciente de alimentos e equidade de oportunidades sociais.

O programa Quinta da Economia também foi um grande vetor de desenvolvimento local por meio da comercialização de produtos frescos nos 15 mercados e 17 sacolões municipais. Todas as quintas-feiras, era oferecido um montante de 20 itens pelo valor de até R2,99 o quilo. Foram priorizadas as regiões mais vulneráveis para que, em conjunto com as mais de 880 feiras livres espalhadas por toda a cidade, pudessem minimizar os desertos alimentares existentes na metrópole.

A inclusão dos alimentos produzidos e comercializados pela agricultura familiar na Alimentação Escolar fechou o ano de 2016 no patamar de 27,5%, graças a um grande esforço intersetorial. Para se ter noção, são oferecidos cerca de 2,2 milhões de pratos de refeição na rede municipal de Educação. Esse aumento refletiu significativamente no mercado institucional, principalmente para os agricultores familiares e cooperativas que tiveram a oportunidade de comercializar seus produtos nessa grande rede. A institucionalização, ou a construção do arcabouço institucional e legal, da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional foi fundamental para que toda essa agenda pudesse ter vez, expressão e garantia de realização. Também foi fundamental a previsão orçamentária no Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (2016-2020), a participação do Comusan (Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional) nas proposituras, elaborações e construção conjunta com a equipe técnica governamental e a Câmara intersecretarial de Segurança Alimentar para o êxito das ações e projetos implementados nesse que considero um momento muito profícuo e exitoso para os paulistanos.



Secretaria Executiva da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Av. Luís Viana Filho, 2ª Avenida, Plataforma III, nº200, CAB, Salvador-BA, CEP 41745-003 - Tel.: (71) 3115-9945.
E-mail: redede_gestores@yahoo.com.br | Site: www.rededegestoresecosol.org.br

Este Boletim é da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, ou seja, é seu também.
Colabore enviando notícias de seu município ou estado para redede_gestores@yahoo.com.br e contato@rededegestoresecosol.org.br